

# Acidentes de trabalho na imprensa: as produções ideológicas de sentidos em notícias de regimes ditatoriais do Brasil

*Work accidents in the press: the ideological productions of meanings in Brazilian dictatorial regimes news*

Mônica de Oliveira Pasini

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

[m234235@dac.unicamp.br](mailto:m234235@dac.unicamp.br)

<https://orcid.org/0000-0002-0001-9970>

## RESUMO

Este artigo é extraído da pesquisa de mestrado fundamentada na análise de discurso materialista, que procura as marcas e vestígios ideológicos constituintes da historicidade das questões relativas ao direito trabalhista de caráter de proteção ao trabalhador. Os recortes foram selecionados do *corpus* do período da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e do *corpus* do período da ditadura militar brasileira, portanto, as condições histórico-sociais são de contexto capitalista de divisão social do trabalho e de restrição de direitos civis e políticos. Nas análises deste artigo, buscamos identificar na materialidade do discurso jornalístico as produções ideológicas, nas quais o Estado assume o seu papel de articulador político-simbólico.

**Palavras-chave:** discurso; imprensa; ideologia; direitos; ditadura.

## ABSTRACT

This article is extracted from master's research based on materialist discourse analysis, which seeks out the ideological marks and traces that constitute the historicity of issues relating to labor law of a worker protection nature. The clippings were selected from the corpus of the period of Getúlio Vargas' Estado Novo dictatorship and from the corpus of the period of the Brazilian military dictatorship, therefore, the historical-social conditions are from a capitalist context of social division of labor and restriction of civil and political rights. In the analysis of this article, we seek to identify ideological productions in the materiality of journalistic discourse, in which the State assumes its role as a political-symbolic articulator.

**Keywords:** discourse; press; ideology; rights; dictatorship.

## INTRODUÇÃO

Este artigo foi extraído dos *corpora* da pesquisa de mestrado<sup>1</sup>, cuja análise discursiva da imprensa buscou estabelecer uma relação entre a divulgação de direitos sociais e seus usos como mecanismo de propaganda em regimes autoritários no Brasil. O texto utiliza a noção de narratividade para abordar questões relacionadas à proteção do trabalhador no âmbito dos direitos trabalhistas, com foco específico na materialidade das notícias sobre acidentes de trabalho durante os governos autoritários de Getúlio Vargas e da ditadura militar.

Ao eleger o texto como nossa unidade de análise, registramos a complexidade dessa escolha, pois ela se abre de maneira relativa às condições de produção (Orlandi, 2022; 2017). Isso posto, compreendemos a necessidade de descrever as condições de produção dos discursos que se inserem em um contexto capitalista, marcado pela divisão social do trabalho e por um exercício de cidadania restrito, com direitos civis e políticos sob forte repressão.

Neste artigo, apresentamos análises do funcionamento discursivo de três recortes que contêm imagens de parte da página ou da(s) página(s) inteira(s) das palestras encadernadas ou do jornal, pois acabamos por reconhecer a necessidade de nos afastarmos da centralidade do texto, explorando suas margens, que nesses casos se revelam na própria estrutura das palestras/notícias. A organização das análises inclui a apresentação dessas imagens recortadas, acompanhadas de Sequências Discursivas (SD), com o objetivo de destacar e, ao mesmo tempo, especificar formulações muito particulares dentro dos recortes. Embora as Sequências Discursivas (SD) apresentadas neste artigo se assemelhem à definição de Courtine (2014) como "sequências orais ou escritas com dimensão superior à frase" (Courtine, 2014, p. 55), consideramos que aqui elas assumem a mesma função dos recortes. Isso porque as SD também são fragmentos extraídos de um

---

<sup>1</sup> O mestrado em Divulgação Científica e Cultural do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi concluído em abril de 2024. A pesquisa investigou os discursos jornalísticos sobre o direito previdenciário em regimes autoritários do Estado brasileiro, nos períodos do Estado Novo de Getúlio Vargas e da ditadura militar, problematizando se essas notícias atendiam à divulgação de direitos ou se serviam como propaganda política dos regimes.

recorte mais amplo do *corpus*, com o objetivo de possibilitar novas interpretações (Orlandi, 1984).

As SD são numeradas e identificadas em relação ao recorte (imagem). O primeiro recorte é extraído do período da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, do *corpus* das palestras semanais (sempre às quintas-feiras) do Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, transmitidas pela Rádio Nacional, de janeiro de 1942 a julho de 1945, especificamente, da encadernação das palestras datilografadas. Os outros dois recortes são selecionados do *corpus* da ditadura militar, de notícias protagonizadas pelo governo federal, sobre serviços previdenciários, veiculadas em jornais e concentradas na década de 1970, quando o Brasil foi “campeão mundial de acidentes de trabalho” (Pena *et al.*, 2003).

## **GESTOS DE ANÁLISE: MOBILIZANDO ALGUMAS NOÇÕES**

O primeiro movimento de análise é descrever as condições de produção dos discursos analisados. Sobre as condições histórico-sociais da ditadura Vargas, verificamos um contexto de repressão política, no qual os sindicatos de representação da classe trabalhadora eram controlados pelo governo. Havia um projeto trabalhista com o slogan “Só ‘quem tem ofício’ – quem é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – ‘tem benefício’” (Gomes, 2005, p. 179), que transformava os benefícios sociais em “incentivos seletivos”, porque exigia a “condição de sindicalizado” para obter o benefício (*Ibidem*, p. 180).

Gomes (2005) descreve como funcionava a propaganda no governo de Vargas, com seu Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), na qual o Ministro do Trabalho Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, que também ocupava o cargo de Ministro da Justiça, cumpria importante papel. A Rádio Nacional era o veículo de imprensa responsável pela transmissão das palestras do Ministro. A década de 1930 marcou o início de uma nova era para a rádio no Brasil. Por meio de decretos, o governo de Vargas distribuía concessões de transmissão radiofônica, além de impor a obrigatoriedade de que todas as emissoras transmitissem o programa *Hora do Brasil*, conforme relata Jambeiro *et al.* (2004).

Sodré (1966) descreveu o funcionamento da censura nas rádios, que contava com uma "lista de assuntos proibidos" e a presença de um "censor responsável", que registrava tudo o que considerava "estranho" e encaminhava eventuais "irregularidades" ao chefe do controle (Sodré, 1966. p.439). Observamos nesse controle da imprensa uma “política do silêncio”, conforme classificada por Orlandi (2007), que se manifesta por meio de um “silêncio constitutivo” e de um “silêncio local”. A censura é materialmente evidente, refletindo uma clara “interdição do dizer” (Orlandi, 2007, p.73-74). Portanto, as condições de produção discursiva são de interdição do dizer em um ambiente de repressão política.

O segundo gesto de análise é considerar que um arquivo “nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco” (Guilhaumou e Maldidier, 2014, p. 170). Nesse sentido, selecionamos o *corpus* do período Vargas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV/ CPDOC), no qual foi localizado o item *Produção Intelectual\AMF pi Marcondes Filho, A. 1942.06.25*.

Desse modo, trazemos Pêcheux (2014b), que aponta a “memória coletiva”, na qual as instituições, quando classificam o material do arquivo, já executam a sua leitura que é ação silenciosa, cujo serviço é dedicado a uma Igreja, a um rei, a um Estado ou a uma empresa. Lembramos que quem organiza o arquivo da *Produção Intelectual\AMF pi Marcondes Filho* é uma Fundação (pessoa jurídica com finalidade de interesse público ou social, neste caso, instituição de ensino superior, voltada para administração pública e privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ), criada ainda no governo de Getúlio Vargas, em 1944, e que leva o seu nome, com a sigla FGV.

Isso posto, compreendemos que já há sentidos funcionando nessa indexação e classificação dos documentos originais digitalizados, guardados e nomeados como *Produção Intelectual\AMF pi Marcondes Filho, A. 1942.06.25*. Tivemos acesso somente a um livro, com dez palestras datilografadas e encadernadas, intitulado *Três meses de palestras com operários do Brasil* e a doze palestras impressas em formato de livretos, cujos originais, da mesma maneira que as gravações das transmissões das palestras nas emissoras de rádio, não tivemos contato. Todo esse material veio a compor o *corpus* da pesquisa, sendo que do livro, extraímos a nona palestra intitulada *Uma História*

*Verdadeira Contada aos Operários do Brasil*, transmitida em 20 de março de 1942, para realizar as análises aqui apresentadas.

As condições de produção discursiva da ditadura militar se apresentavam com a institucionalização da violência na vigência de “Atos Institucionais”, os quais conferiam ao governo um grande poder repressivo, na aplicação de medidas visando coibir manifestações políticas dos opositores do regime. A imprensa, de acordo com Sodré (1966), tinha um caráter empresarial, que era organizado em grandes grupos de veículos jornalísticos, como é o caso dos *Diários Associados*, de propriedade do jornalista Assis Chateaubriand. Esse caráter empresarial conferia a esses grupos a necessidade de aportes financeiros, com duas fontes principais de recursos: do governo e de agências de publicidade estrangeiras.

Ainda sobre as condições discursivas da imprensa, Larangeira (2015) a descreve como perversa, pois o regime enviava “listas de procurados” para publicação, incluindo pessoas que estavam presas ou até mesmo mortas. Essa prática visava responder às cobranças da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e de entidades internacionais de defesa dos direitos humanos sobre os cidadãos brasileiros desaparecidos.

É nesse contexto que o discurso jornalístico operava durante a ditadura militar. No viés discursivo, Mariani (1996) afirma que existe uma “vocação para informação” presente no discurso jornalístico, característica delimitada por manuais de regras e de redação, que determinam “o que pode” e o que “não pode” ser escrito (Mariani, 1996, p.78). A partir do “mito da informação objetiva” encontramos no discurso jornalístico um controle interno que é feito pelo editor e pelos manuais e um controle externo que se dá através da própria Lei de Imprensa, que tem por finalidade manter a imparcialidade, a neutralidade, a objetividade e a clareza no texto jornalístico. Segundo a autora, esses efeitos ilusórios que residem no controle externo e interno, visam tornar a imprensa como digna de fé.

Além disso, na conjuntura ditatorial, identificamos, em funcionamento neste discurso jornalístico, um alargamento da noção de censura com a “política do silêncio”, designada por Orlandi (2007) como silenciamento, cujos gestos estão em “‘tomar’ a palavra, ‘tirar’ a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc.” (Orlandi, 2007, p. 29).

Por tudo isso, o discurso jornalístico se mostra “[...] cego à historicidade que o atravessa” e com uma cegueira que é constitutiva do próprio enunciado jornalístico

(Mariani, 1996, p. 240). Acreditamos que há uma relação entre a exterioridade estabelecida na história e a historicidade presente no texto, que é a “trama de sentidos nele” (Orlandi, 2020, p. 56), cujo processo não é automático e sem resultado direto. Considerando essa historicidade, entendida como a “história em seu real possível, sujeita a falhas e equívocos” (Orlandi, 2017, p. 284), questionamos sobre como opera um discurso que é “cego à historicidade que o atravessa”.

Sob essa perspectiva, selecionamos as notícias do *corpus* do período da ditadura militar, a partir de arquivos digitalizados e com mecanismos de busca estruturados, e portanto, marcados pelo “aspecto matemático e informático ligado ao tratamento dos documentos textuais” (Pêcheux, 2014b, p. 57). Além disso, o arquivo dado pela organização institucional, que é a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira e a D. A Press, detentora dos direitos autorais da memória do grupo *Diários Associados*, no período de 1940 a 1980, de propriedade do jornalista e empresário Assis Chateaubriand, precisa ser considerado pela “história social dos textos” (Guilhaumou e Maldidier, 2014, p. 170). Isso posto, por meio da “leitura-trituração” (Pêcheux, 2016), realizamos um movimento pendular entre o problema de pesquisa e o banco de dados, para uma aproximação dos resultados das buscas com diferentes palavras-chave, definidas a partir de nossa problematização.

Nas notícias trazidas a partir das buscas com a primeira palavra-chave “Instituto Nacional de Previdência Social”, percebemos um tema recorrente associado à “acidentes de trabalho”, na frequente referência aos serviços de “reabilitação social”, palavra-chave que foi adicionada a essas buscas e nos levou à seleção de uma reportagem, um gênero do texto jornalístico de estrutura mais complexa, pois envolve uma investigação sobre o tema e apresenta a assinatura do jornalista responsável. Dessa maneira, chegamos à reportagem de Luís Joca, *Tudo Bem?*, publicada no *Correio Braziliense*, em 31 de outubro de 1978.

Para estabelecer uma relação entre o relato de acidente de trabalho ocorrido no início do século XX, do primeiro recorte, com a reportagem sobre os acidentes de trabalho de 1978, do segundo recorte, mobilizamos a noção de historicidade de Orlandi (2008), porque essa noção compreende as práticas, e não o tempo cronológico, como organizadoras da história.

Por conseguinte, um dos desdobramentos da análise discursiva deste artigo, está nas evidências produzidas pela ideologia, como o equívoco, que marca a historicidade. Segundo Orlandi (2022), enquanto a falha está para a língua, o equívoco, no discurso, está para a história. Portanto, ao analisar o funcionamento discursivo, nesses dois recortes, temos a possibilidade de identificar as marcas ideológicas materializadas no discurso jornalístico sobre acidentes de trabalho, em ditaduras brasileiras.

### **Narratividade e o Real da História**

Depois de descrevermos as condições discursivas, precisamos entender o que seria o real da história na abordagem do fato “acidente de trabalho”. Ao afirmarmos que não se descobre o real, “pois a gente se depara com ele” (Pêcheux, 2015, p. 29), podemos identificar o “real” no fato “acidente de trabalho” presente no Recorte 1 (R1): *Uma História Verdadeira Contada aos Operários do Brasil*, de 20 de março de 1942, e no Recorte 2 (R2): *Tudo Bem?* de 31 de outubro de 1978. Isso posto, a “noção de narratividade” de Orlandi (2017) nos permite tratar o real da história como um componente do interdiscurso, ou da memória, materializando a conexão entre a linguagem, o pensamento e o mundo no sujeito. De tal modo, que nos é possibilitado um “acesso indireto à constituição dos sentidos no sujeito” porque é possível observar como a memória é contada na análise da formulação (Orlandi, 2017, p. 309). Na narratividade,

[...] flagramos a inscrição do(s) outro(s) no discurso do sujeito, assim como a determinação mais ampla da voz do Outro (interdiscurso, ideologia) presente no espaço de interpretação do sujeito individuado. O funcionamento da memória no sujeito se faz pela narratividade (*Ibidem*).

Recorte 1 - Texto datilografado da palestra de Alexandre Marcondes Filho

**SD1**

UMA HISTÓRIA VERDADEIRA CONTADA  
AOS OPERÁRIOS DO BRASIL

Para não ser demasiadamente monótono procuro sempre variar os meus temas, e para ser útil, procuro fixar assuntos de interesse geral.

Entre outras matérias, examinei a questão das Cooperativas, a sobrevalência do interesse público nos contratos, a litigância trabalhista, o espírito conciliativo, o tratamento da mulher operária, a magistratura do Trabalho. Ainda a outras mais importantes chegarei; porém, já é uma longa caminhada. Descansem nos um instante, como se, através de uma floresta, uma clareira com um raio de sol nos convidasse ao repouso. No meio do extenuante expediente administrativo e do estudo de complexos assuntos, há momentos assim.

Ainda há poucos dias, na minha mesa de trabalho, aglomeravam-se processos já solucionados inteiramente, vindo do Palácio do Governo e que deviam ser devolvidos à Secretaria da Presidência.

Logo no primeiro deles, depois de iniciar o meu despacho — "encaminha-se com as informações à Secretaria da Presidência" — um retrato junto ao expediente chamou-me a atenção. Era um mutilado, de Cachoeiro de Itapemirim. Tratava-se de um pedido de aproveitamento como porteiro, contínuo ou guarda de construção.

Começo por ler a missiva. Uma história dolorosa. O solicitante trabalhava na construção de uma estrada de ferro, quando, vítima de uma explosão de mina falhada que procurava extrair de uma pedreira, teve de amputar dois terços de cada antebraço.

**SD2** Este acidente, porém, não o assoreou. Procurou viver pelo seu esforço, é casado e teve vinte filhos. Muitos morreram. Outros ainda são garotos. Toda uma existência de lutas, de amarguras, e ultimamente, até de fome. A idade, a mutilação e o encareci-

**SD3** mento da vida, o obrigariam agora a viver da caridade pública.

**SD4** Mas, apesar de tudo, queria trabalho. Para isto se dirigia ao presidente. O apelo era um misto de queixume e de altanaria. Sobre a carta em letra azul, como uma nota de couro, o despacho presidencial, simples designação de ministério, numa palavra isolada, que era ao mesmo tempo a síntese do próprio drama: "Trabalho". Logo abaixo uma ordem do ministro para que a Delegacia Regional de Espírito Santo prestasse informações sobre o assunto. Tudo isto, em junho do ano passado.

Ninguém calculava como funciona uma repartição pública. Todos nós, impacientes no que desejamos, recebemos com irritação qualquer demora, porque entre o pedido e a solução, os meses se passam. Este caso, porém, vai servir como um pequeno exemplo da vida burocrática.

O processo foi logo remetido ao Estado de Espírito Santo, e em começo de agosto, por intermédio do Ministério, retornou ao Catete, devidamente instruído. A informação era simples. Nas pesquisas realizadas, a Delegacia só pôde encontrar colocação em serviços de agricultura. O solicitante não era apto a esses serviços. Para os empregos que especificara, não havia vaga, nem se encontrara gente que quisesse contratar um mutilado. Nada, pois, a fazer.

No turbilhão quotidiano dos expedientes e processos que transitam no Palácio, a carta, como uma folha seca, vagando sobre uma torrente, passou de novo à vista do Sr. Getúlio Vargas. Aqui está, textualmente, o novo despacho: "Volte ao Ministério do Trabalho para que seja informado: 1) quando ocorreu o desastre de que se dá vítima o reclamante; 2) se recebeu alguma indenização por essa ocorrência e se percebe qualquer pensão do Instituto de Previdência. — 11 de setembro de 1911. — Getúlio Vargas."

A máquina burocrática funcionou outra vez, rapidamente. Nove dias após, o expediente já deu entrada na Regional de Vitória, e o delegado telegrafava ao coletor de Cachoeiro de Itapemirim, solicitando perenores. O mês ainda não findara, e já

se sabia que o desastre ocorrera no ano de 1909, em obras da Estrada de Ferro Leopoldina. Nenhuma indenização fora paga, porque, ao tempo, não havia leis que regessem os acidentes de trabalho. Tudo, pois, estava findo. Nenhuma lei fora desobediada. Só restava o despacho de "Arquivar-se", que muitas vezes vemos no "Diário Oficial", e que, na sua brevidade e segura, não deixa ver todo o intenso cuidado que o papel merece.

Mas, no Catete, habita uma vontade de aço, a serviço de um coração de veludo. O presidente ordenou fosse o assunto estudado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, que, em novembro, depois de reunir toda a triste história da legislação social durante a primeira República, e mostrar que ao tempo do acidente nenhuma lei amparava o proletariado, informava: "Nesta conformidade, atendendo a que, privado, como ficou, de ambas as mãos, faltam ao reclamante elementos indispensáveis ao desempenho de qualquer serviço que se lhe possa confiar, este Departamento restitui o processo".

**SD5** Não sei se a teimosia é um defeito. Mas há teimosias sublimes. O próprio solicitante teria desanimado. Não tinha a lei por si, e a boa vontade das repartições não lhe podia acudir. Era a vez de dirigir-se à caridade pública.

**SD6** Na lição de trabalhos de maior complexidade, entretanto, a sublime teimosia tudo sabe, tudo vê, tudo prevê. Sobre o novo ofício é lançado este despacho, de próprio punho, em letra clara, corrente e firme: "Trata-se de um caso de invalidez comprovada, por acidente de trabalho, em que o operário perdeu os dois antebraços. Embora ao tempo do acidente não houvesse lei amparando a vítima, um imperativo de ordem moral aconselha esse amparo. Devese sugerir à Empresa que aproveitou os serviços desse operário, dar-lhe uma pensão para ampará-lo no estado de invalidez criado pelo acidente. — 28 de novembro de 1911. — Getúlio Vargas."

Os papéis voltam aos trâmites ministeriais. É expedido um ofício à Leopoldina Railway. Um funcionário da Estrada vai visitar o solicitante, em Vargas Grande, nos dois miseráveis cô-

modos em que mora com a mulher e 7 filhos. As pesquisas demonstram que não era empregado da Companhia ao tempo do acidente, mas de um empreiteiro de fornecimento de pedra para as obras da ferrovia.

Esta informação instrui o ofício junto ao processo a ser agora devolvido à Secretaria da Presidência. À Estrada assinala que nenhuma responsabilidade lhe poderá ser atribuída. Mas, acrescenta: "Levando em alta consideração os sentimentos humanitários manifestados pelo Sr. Presidente da República, temos a grata satisfação de informar que estamos determinando providências de modo a que o antigo acidentado possa receber o amparo que necessita."

Cheio de emoção retomo a pena e concluo o meu despacho: "encaminha-se à Secretaria da Presidência este processo que constitui uma jóia de administração pública e em que o Sr. Presidente da República, mais uma vez, revela as suas excelssas qualidades de protetor dos trabalhadores do Brasil."

Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC).

Em R1, identificamos em Alexandre Marcondes Filho o funcionamento discursivo de porta-voz do governo Vargas, assemelhando-se ao que Zoppi-Fontana (2014) observou

nos processos discursivos do presidente argentino Raúl Alfonsín, com a característica de uma “legitimação imaginária dos mecanismos de representação política” (Zoppi-Fontana, 2014, p. 75).

Nesse recorte (R1), passados 33 anos do acidente de um trabalhador, que teve dois terços de cada antebraço amputados, temos o relato de sua história pelo ministro em seu programa de rádio, com a descrição da carta enviada pelo trabalhador, solicitando a readaptação em outro ofício. A noção de narratividade nos permite perceber como esse relato elabora sentidos, conforme podemos observar na primeira Sequência Discursiva, doravante SD, extraída de R1: “SD1: Uma história verdadeira contada aos operários do Brasil” (R1: Marcondes Filho, 1942).

Reconhecemos na figura do ministro de Vargas o papel de porta-voz, com sua dupla visibilidade, na qual, ora ele se inclui, ora ele se exclui “no/do grupo por ele representado” (Zoppi-Fontana, 2014, p. 203). Na SD1, já localizamos marcas de que o ministro assume sua representação de governo que contará a história de um operário, aos ouvintes da rádio. Quando ele afirma que é uma “história verdadeira”, na correlação de narratividade com alteridade (Orlandi, 2017, p. 289), verificamos o efeito de sentido da supremacia da sua vontade, que atribui o valor de “verdadeira” à sua fala. Essa ilusão de “supremacia da vontade” fica mais evidente nas SD2; SD3 e SD4:

SD2: Esse acidente, porém, não o esmoreceu. Procurou viver pelo seu esforço.

[...]

SD3: Mas, apesar de tudo, queria trabalho. Para isso se dirigia ao presidente. O apelo era um misto de queixume e de altanaria. Sobre a carta em lápis azul, como uma nesga de céu, o despacho presidencial, simples designação do ministério, numa palavra isolada, que era ao mesmo tempo a síntese do próprio drama: “Trabalho”.

[...]

SD4: Não sei se a teimosia é um defeito. Mas há teimosias sublimes. O próprio solicitante teria desanimado. Não tinha a lei por si, e a boa vontade das repartições não lhe podia acudir. Era a vez de dirigir-se à caridade pública (R1: Marcondes Filho, 1942).

De acordo com Orlandi (2017), existe o preconceito quando o outro significa em nós na maneira como o significamos, e com isso em mente, constatamos nos enunciados “não o esmoreceu”; “procurou viver pelo seu esforço” da SD2; “queria trabalho” da SD3; “próprio solicitante teria desanimado” da SD4; “apelo [...] misto de queixume e de altanaria” da SD3 e “há teimosia sublimes” da SD4, evidências de uma relação de alteridade, cujo efeito é o de supremacia da vontade do enunciador. Consideramos que a

forma-sujeito histórica presente no capitalismo, torna o preconceito “constitutivo”, ou segundo as palavras de Orlandi (2017) “[o preconceito] é estruturante, como é a divisão dos sujeitos e dos sentidos, a dissimetria” (Orlandi, 2017, p. 291). À vista disso, o porta-voz do governo de Vargas carrega o preconceito social, também estruturante, que permite atribuir ao trabalhador sentimentos e ações com o referendo de ser o porta-voz de uma “história verdadeira” (SD1).

Destarte, o discurso, que é “efeito de sentidos” entre locutores (Pêcheux, 2014a, 81), trabalha o real, por isso, Orlandi (2017) nos lembra que é preciso interrogar a interpretação. Ao narrar a história deste operário, a figura de porta-voz do governo de Vargas, cujo ato de contar uma história carrega a interpretação de acidente ocorrido 33 anos antes de sua narração, configura um processo de individuação do sujeito. Segundo Orlandi (2017), a “individuação dos sujeitos” é resultado de uma articulação político-simbólica do Estado. De acordo com a autora, no processo de “assujeitamento”, o indivíduo é interpelado “em sujeito, pela ideologia” e são estabelecidas “relações que, ao mesmo tempo, juntam e dividem” em um processo de significação em relação aos outros (Orlandi, 2017, p. 299). Verificamos em R1 que o Estado se manifesta na fala do porta-voz do seu aparelho, que é o governo. Outrossim, constatamos uma marcação de papéis onde se descreve a máquina pública, como na SD4: “Não tinha a lei por si, e a boa vontade das repartições não lhe podia acudir”; e na SD5:

SD5: Nenhuma lei fôra desobedecida. Só restava o despacho “Arquive-se”, que muitas vezes lemos no “Diário Oficial”, e que, na sua brevidade e segura, não deixa ver todo o imenso cuidado que o papel mereceu (R1: Marcondes Filho, 1942).

Ao descrever o presidente Vargas com inúmeros adjetivos, regularidade corrente nessas palestras, percebemos o funcionamento de “determinantes discursivos” (Indursky, 1992), que saturam os sentidos dos substantivos aos quais se relacionam, uma característica de discursos autoritários, conforme é possível observar na SD6:

SD6: Na imensidão de trabalhos de **maior** complexidade, entretanto, a **sublime** teimosia tudo sabe, tudo vê, tudo provê. Sobre o **novo** ofício é lançado este despacho, de **próprio** punho, em letra **clara, corrente e firme** (R1: Marcondes Filho, 1942, grifos nossos).

Além de parafrasear uma descrição bíblica de Deus, atribuindo à “sublime teimosia” faculdades de tudo saber, de tudo ver e de tudo prover, o porta-voz do governo

aciona uma memória religiosa que produz sentidos de conferir atributos de divindade ao presidente da república.

Além disso, identificamos marcas da formação discursiva dos trabalhadores quando são descritas as ações da Estrada de Ferro, que se exime da responsabilidade pelo trabalhador, alegando que apenas havia contratado o fornecedor de pedras que causou o acidente. No entanto, a empresa se compromete a amparar o acidentado em consideração ao pedido do presidente, conforme a SD7:

SD7: A Estrada [de Ferro Leopoldina Railway] assinala que nenhuma responsabilidade lhe poderá ser atribuída. Mas acrescenta: “Levando em alta consideração os sentimentos humanitários manifestados pelo Sr. Presidente da República, temos a grata satisfação de informar que estamos determinando providências de modo que o antigo acidentado possa receber o amparo que necessita” (R1: Marcondes Filho, 1942).

O porta-voz com uma ilusão de dupla visibilidade, inscrito na formação discursiva da classe mandatária, se alça como representante da administração pública e do Estado, conforme SD4 e SD5; do próprio do presidente da república quando transcreve seus despachos, nas SD3 e SD6; e também como representante da empresa na SD7.

O operário tem sua situação descrita a partir de uma carta que ele mesmo enviou ao governo, entretanto, o que se observa é a posição do sujeito que apresenta essa carta, cuja dissimetria constitutiva (luta de classes) na relação entre sujeitos, torna-se evidente. A fala do ministro marcada pela alteridade produz o efeito de “supremacia da vontade”, diretamente relacionado a essa dissimetria. Segundo Orlandi (2017), a dissimetria marca o preconceito de classe que também é constitutivo. Por isso, apontamos esse efeito de prevalecer a descrição do protagonista da “história verdadeira” (SD1) realizada pelo ministro, como o equívoco que deixa seus vestígios na historicidade dos sentidos que constituem o imaginário de “acidentes de trabalho”.

Avançamos para o Recorte 2 (R2), que é uma reportagem do *Correio Braziliense* de 1978, também mobilizando a noção de narratividade para analisar a descrição do fato “acidente de trabalho” e sua produção de sentidos.

CORREIO BRAZILIENSE  
Tirica - feir. 31 de outubro de 1978

CIDADE<sup>13</sup>

ACIDENTE DE TRABALHO

# TUDO BEM?

A pilha de tábuas dos andaimes era grande. Foi com esforço que Batista mesmo de cima de um caixão conseguiu retirar as três primeiras e, ajudado por um outro servente, tentou transportá-las. Não viu que ao descer do caixão a pilha já estava desequilibrada. O grito do companheiro não o protegeu. As tábuas lhe caíram às costas e, quase soterrando-o, o fizeram dar com o rosto no chão. Em milésimos de segundos, lembrou de acidentes de companheiros. Numa fusão de idéias, da mulher e das duas filhinas. Muito longe, ouviu o berro do encarregado de obras: "se tiver tão ruim eu vou buscar a vela. Não mais ouviu".



A cena não é normal, mas ainda é comum, e mudadas apenas as circunstâncias e os graus de desespero aconteceram (registrados) 1.614.750 acidentes do trabalho, no ano passado. Certo que os índices diminuíram proporcionalmente, nos últimos anos, de uma maneira espetacular e fizeram até o Brasil perder mais um título de campeão mundial, o de recordista neste setor. Porém, no momento, uma maté de otimismo que caminha no País pode prejudicar o que se conseguiu e se está conseguindo até agora.

Será possível que se possa esquecer que em 1976 um média diária, de 188 brasileiros morreram ou ficaram incapacitados para o resto da vida? Ou ainda, que no ano passado, em cada um de seus dias, 12 trabalhadores não regressaram a suas lares e passaram a ser uma mera lembrança demarcada por uma cruz, muito choro e saudades?

Nunca se falou tanto, como agora, sobre o problema. O Estado e o povo têm conseguido resultados exultantes e as estatísticas são amplamente divulgadas. Sabe-se que é impossível acabar totalmente com os acidentes do trabalho em um País, mas por que não lutar para se alcançar o último lugar nesse triste e sombrio "Campeonato Mundial" de acidentes do Trabalho? Com todo o otimismo reinante, em 1977, só em Brasília uma média de 35 pessoas se acidentou, diariamente.

## "DEUS ME AJUDOU"

João Batista de Carvalho com intensas dores recobrou os sentidos entre médicos e enfermeiras. Num esforço profundo conseguiu implorar: pelo amor de Deus, me deem anestesia para que eu morra sossegado.

Maria batista, de Mundo Novo, com 40 anos e percebendo um salário de 1.560,00, não morreu e três dias depois, mesmo doente, pôde passar a mão na cabeça de sua filha Marina, de sete anos, que assistia aquilo sem compreender muito. Sua mulher lhe informou que ele ia escapar. O médico generoso lembrou de sua casta no Gadraba e que tinha que pagar Cr\$ 275,00 por mês, com o seu ordenado de Cr\$ 385,00 por semana. Alguém por viver, pensou com coragem num trabalho de auxiliar de construção das sete horas do manhã, até às seis do noite, com apenas uma hora de inter-

valo para o almoço. Quando o médico lhe disse que não ia ficar com nada alvejado e, brincando, alertou que podia juntar coragem para trabalhar, sorriu. Disse para a mulher: o negócio é minha saúde, dando para trabalhar está tudo bem. Deus me ajudou.

Na sua simplicidade de ex-homem da raça, há apenas dois anos em Brasília, não pôde imaginar que escapasse de ser mais um indelével estatístico grotesco. Um dos 65.927 brasileiros incapacitados do trabalho para o resto de vida em 1976. Um dos 4.445 mortos, em 1977. Um exemplo de que as lutas humanas são responsáveis por 60% dos acidentes do Trabalho, ou então, que a construção civil é responsável em 30 por cento dos casos totais os quais segundo o INPS, em ordem decrescente, acontecem nos

industrias da Mecânica e de Material Elétrico e eletrônica; Produtos Alimentícios; Metalurgia; Têxtil; Madeira e Cortiça (exceto mobiliário); de Produtos Alimentícios não metálicos; vidro, gesso, cal, olaria e cerâmica; Construção e Reparação de Veículos; extração mineral e de Mobilidade.

E João Batista não pôde ver, como tantos outros trabalhadores mortos, sua esposa abraçada a seu corpo gêmeo através dramáticas de como foi que aconteceu - o que será de mim e dos meus. Isto não é verdade, ou não pode ser.

Como tantos outros, deverá esquecer que teve sorte e, por nova falta sua, ou mesmo de meios e condições de trabalho, poderá ser um item dos estatísticos futuros de incipit para o trabalho ou até de mais um caso fatal.

## HÁ ESPERANÇA

psicosomática ou de pré-intenção de acidentar - se. Finalmente, as máquinas são apontadas como causas de cerca de 40 por cento dos acidentes, que somados a erros humanos, em falhas conjuntas obrigam a maior incidência notificada.

### ESPERANÇAS

Como na área de qualificação profissional onde o Senac, Senac, Senar, Pigma e empresas privadas - as empresas podem descontar suas despesas, em dobro, do lucro tributável do imposto sobre o renda - tem praticado uma política educativa, desenvolvida com o intuito de conscientizar, motivar e ensinar, todos os níveis profissionais da comunidade, ainda há esperanças de que não vença a acomodação.

Nos anos de 1975, 1976 e 1977, respectivamente, foram registrados 1.275.737; 1.790.585 e 3.330.002 trabalhadores. Mas é bom lembrar que no ano passado o número de segurados atingiu o número de 16.589.605 trabalhadores segundo o INPS. Quer dizer, mesmo nesse propósito, muito tem que ser feito.

Enquanto o Governo abre o debate com os técnicos, as empresas e os trabalhadores, o povo em sua maior parte ainda está alheio ao problema. Historicamente, todos são culpados, de alguma maneira. A criança de hoje,

será o trabalhador de amanhã, mas, rischoso receber seu pai, mãe, ou irmãos, diariamente, ao chegarem do trabalho, permanecem alheios aos perigos que enfrentaram irão enfrentar nos seus jornadas de trabalho. A criança o quadro dramático de uma vítima do trabalho somente lhe surgirá, quando a intimidade de sua família ou de alguém próximo for violentada por essa dolorosa realidade. O Governo Federal informou que, no ano passado, pelo esforço comum, mais de 800.000 acidentes do trabalho foram evitados, isto é, louvável. Talvez não seja entendido apenas pelos milhares de famílias operárias que passam a ter um inválido em sua casa ou, pior, uma cruz no campo santo, mostrando, como na música popular, está faltando um.

As histórias de casos fatais, as estatísticas, a legislação e os conceitos tem que ser vistos e revista. Tudo deve ser divulgado, para que o povo tome conhecimento, mas o otimismo não pode prejudicar o que já se conseguiu. O País tem que lutar para alcançar o último lugar no que já foi considerado como o epidemia do século, e o povo tem que conhecer sua missão nesse batido em que está envolvido.

Texto: Luis Joca

## MUITO OTIMISMO

Em discurso pronunciado esta mês, no XVII Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, em São Paulo, o Ministro Arnaldo Prieto, informou que no Governo Getal, mais de 50 mil profissionais foram formados em Medicina e Segurança do Trabalho, sendo 20 mil entre engenheiros de segurança, médicos do trabalho, enfermeiros do trabalho e treinados mais de 30 mil dirigentes sindicais. Destacou, também, que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi modernizada, e veio a adoção de 28 novas normas regulamentadoras para permitir uma aplicação mais precisa dos dispositivos legais. Por iniciativa do Ministério da Previdência e Assistência Social, também a legislação referente ao Seguro de Acidentes do Trabalho, a cargo do INPS, foi atualizada.

Tudo o relato é correto. Mas, é certo que no ano passado, o País despendeu 31 bilhões e 640 milhões de cruzeiros, com acidentes de trabalho. A cifra é alta, contudo, não representa a perda ocorrida. O que ocorreu, resultou em problemas para a família (pai, mãe viúva), filhos - alunos rego e educação) se o acidentado ficou com defeito físico, vai produzir menos; se dependente do INPS, vai ganhar menos que se efetivo a viver de caridade alheia; se morreu, passou a ser um peso para o INPS. De qualquer maneira, foi afetada a produtividade de trabalho e a economia nacional.

O próprio Ministro Arnaldo Prieto, já analisou a situação e destacou, em recente discurso, que "o Estado não deve exercer uma tutela e ser o único e salvador prioritar da integridade física dos seus cidadãos, o fim de mantê-los "inteiros", produzindo indefinidamente (...). A tarefa preventcionista tem sentido mais profundo e abrangente: trata-se da proteção do trabalhador pelo seu trabalho".

Para se ter idéia de que muito ainda tem que ser feito, basta citar números de 1977, da Capital da República, onde praticamente insistem indústrias, mas foram registrados acidentes com trabalhadores causando 12.820 incapacidades temporárias, 394 aposentadorias por invalidez e 36 óbitos. Destes acidentes, 12.395 foram acidentados, oito por danos profissionais, 205 de tráfico, determinando uma média de 42 acidentados por dia de trabalho.

Vale referir, entretanto, que, exatamente, pelo que se fez e pode ainda ser feito, o otimismo não pode ser exagerado. Num rápido levantamento de temas das Congressos Nacionais de Prevenção de Acidentes do Trabalho, pode-se verificar o trabalho realizado. De temas específicos e determinados industriais já em 1969, se debateu "profissionalização e Formação Preventiva". Em 1975, a "Implementação das Atividades de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho", ao lado de Participação das Entidades Sindicais nos Programas de Prevenção de Acidentes do Trabalho, foram assuntos debatidos. Este ano, temas antes não examinados, pelo seu nível de especialização, tiveram que ser discutidos, em razão da necessidade preventcionista e de se conhecer inúmeros temas sobre: Prevenção da fadiga no trabalho, a importância da CIPA nas empresas de pequeno e médio porte, a ação interprofissional na prevenção de acidentes do trabalho e reabilitação profissional do acidentado. Claro, que muitos deles foram debatidos anteriormente, mas, sem o enfoque dado agora.

Nas conclusões do último Congresso, as recomendações dos trabalhos criaram o que ainda se tem a fazer: analisar a observância das normas de proteção à saúde ocupacional e, introduzir atividades de fazer junto ao recinto de trabalho; substituir o homem pela máquina, principalmente, na execução de tarefas que implicam em contrariedades físicas; incentivar e pesquisar no âmbito da saúde ocupacional, no meio agrícola; todo empresa de pequeno e médio porte deve providenciar e implementar programas de prevenção de acidentes com seus funcionários com suas necessidades reais; a empresa pública deve ser motivada a organizar CIPA; que mediante estudos e serem realizadas pelo SSM/MTB, através do Fundacentro, deverá ser encaminhado ao MEC, sugerido para inclusão, nos conteúdos curriculares dos cursos de formação profissional, de informações com vistas a uma futura ação interdisciplinar; e elegibilidade para a reabilitação deve ser avaliada antes de qualquer procedimento cirúrgico etc.

ACIDENTES DE TRABALHO NO BRASIL

ANO	TRABALHADORES SEGUROS	ACIDENTES OCORRIDOS	PERCENTUAL	MORTES
1973	10.936.938	1.822.696	14,91	3.122
1974	11.327.024	1.786.761	15,77	3.764
1975	12.986.796	1.916.187	14,74	3.342
1976	14.945.487	1.742.275	11,66	2.900
1977	16.589.605	1.814.730	9,73	4.445

# A Golden Cross não evita acidentes, mas previne despesas.

Ninguém pode prever os acidentes. Eles não têm hora para acontecer. Mas, sempre acabam custando muito dinheiro e abalando o seu orçamento. A Golden Cross existe para proteger você e sua família desse tipo de imprevistos. Meio milhão de associados atestam a eficiência com que a Golden Cross atua nesse setor. Chame, agora mesmo, um representante Golden Cross. Ele vai lhe apresentar uma série de planos inteligentes e honestos.



hospitalar de alto padrão. E junte-se aos que já fizeram da Golden Cross um símbolo de tranquilidade familiar.

Levante esta bandeira em defesa de sua família.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (BNDIGITAL I).

No *corpus* da ditadura militar, identificamos uma regularidade no formato das notícias sobre direito social publicadas nos jornais, que é a apresentação de um texto trazendo elementos sobre a notícia propriamente dita, com a íntegra ou com trechos de pronunciamentos de dirigentes do governo: ministros, diretores ou presidente da república.

A reportagem de R2 também possui esse formato, apesar de ter a assinatura do jornalista responsável, Luís Joca. Ela apresenta uma coluna localizada ao lado direito de toda a matéria, emoldurada e intitulada “Muito otimismo”, na qual são transcritos os trechos do pronunciamento do ministro Arnaldo Pietro, no XVII Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, ocorrido na cidade de São Paulo.

Destacamos que há menção ao Brasil ter sido até o ano anterior (1977) campeão mundial de acidentes de trabalho. O regime autoritário, com uma imprensa controlada pela censura, cumpre o papel de articulador político-simbólico do Estado, cujos pronunciamentos e comunicados de seus dirigentes apresentam estatísticas de decréscimo do quantitativo de acidente de trabalho, nos últimos cinco anos, conforme aparece no final da coluna “Muito otimismo”, e também no texto da SD8:

SD8: Certo que os índices diminuíram proporcionalmente, nos últimos anos, de uma maneira espetacular e fizeram o Brasil perder mais um título de campeão mundial e de recordista neste setor (R2, Fundação..., 1978).

Sobre o funcionamento discursivo dos números, quando analisa as evidências do discurso neoliberal na imprensa francesa, Guilbert (2020) expõe a forma como a cultura ocidental confere valor científico às matemáticas, como sendo uma racionalidade indiscutível, porque tem a aparência de não errar, devido ao seu caráter lógico. O autor destaca essa característica em notícias sobre economia, nas quais os números e as contas justificam as deliberações. Ainda, o autor considera que o discurso jornalístico ao buscar produzir o efeito de “racionalidade”, sendo neutro e objetivo, encontra nas informações com números um terreno favorável para isso.

Cabe destacar que a imprensa em R2 atende aos interesses do regime ditatorial, citamos Gadet e Pêcheux (2004) que designam como “língua de madeira” os discursos do Estado que apagam “a materialidade da língua na falaciosa transparência da lógica”

(Gadet e Pêcheux, 2004, p. 117). Localizamos em R2 a informação de que os “índices que diminuiram proporcionalmente” e, também, observamos nos números apresentados ao final da coluna “Muito otimismo”, essa construção de números procura produzir o sentido de racionalidade à reportagem. Essa forma de divulgação de números e de estatísticas produz sentidos que se dividem, pois temos o fato de trabalhadores acidentados e também a informação com os números que esses acidentes estão diminuindo.

Retomando Guilbert (2020), percebemos que existe uma crença na “virtude da matemática” cujo valor como ciência determina escolhas de ordem econômica. Tal característica evidencia uma “racionalidade indiscutível” que “em nossa cultura ocidental, está ligada aos números e às cifras” (McLuhan [1976] *apud* Guilbert, 2020, p. 30). Com isso em mente, partimos para a análise do Recorte 3 (R3), com destaque para a linha do ano de 1977:

Recorte 3 (R3) – Quadro de Acidentes de Trabalho da coluna *Muito otimismo*

ACIDENTES DE TRABALHO NO BRASIL				
ANO	TRABALHADORES SEGURADOS	ACIDENTES OCORRIDOS	PERCENTUAL	MORTES
1973	10.956.956	1.632.696	14,91	3.122
1974	11.537.024	1.796.761	15,57	3.764
1975	12.996.796	1.916.187	14,74	3.942
1976	14.945.489	1.743.825	11,66	2.900
1977	16.589.605	1.614.750	9,73	4.445

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (BNDIGITAL I).

Na coluna “Trabalhadores Segurados”, é informado um aumento dos trabalhadores segurados no período de 1973 a 1977, isto é, cresceu a quantidade dos trabalhadores que têm amparo da legislação para manutenção de renda em caso de acidente ou afastamento do trabalho por motivo de doença incapacitante. Já na coluna “Acidentes ocorridos”, verificamos um decréscimo no número de acidentes, no mesmo período, que se torna mais visível na coluna “Percentual”, que cai para 9,73%. Contudo na coluna “Mortes”, na linha do ano de 1977, temos um acréscimo de 1.545 mortes. Mais uma vez, constatamos a falha na própria racionalidade indiscutível proposta pelos

números. A falha está para a língua, seu registro evidencia o equívoco, que no discurso, inscreve-se na história. Observamos toda a construção da reportagem fundada no otimismo de que “[...] os índices diminuíram proporcionalmente, nos últimos anos, de uma maneira espetacular” (SD8), o efeito de objetividade da lógica dos números quer apagar o fato de 1.545 mortes a mais que o ano anterior.

Conforme Pêcheux (2016), “[...] a determinação e a explicação se ajustam como as peças de um mecanismo indestrutível funcionando na eternidade da evidência lógico-jurídica” (Pêcheux, 2016, p. 233) e a “língua de madeira” Estado se mostra na forma da lógica-jurídica de trabalhadores que possuem o seguro social que os ampara em situações de acidente ou doença. Na reportagem, há uma entrevista com um trabalhador acidentado, conforme SD9: “O negócio é a minha saúde, dando para trabalhar está tudo bem. Deus me ajudou” (R2, Fundação..., 1978).

A lógica do capitalismo presente no léxico “negócio” produz o sentido que para o “negócio está tudo bem”. A lógica do capitalismo também é expressa pelos números e está presente em toda a reportagem, em um jogo de sentidos que silencia as vítimas dos acidentes, porque essas estatísticas se mostram vazias de sentido, conforme verificamos em SD10:

Como tantos outros, deverá esquecer que teve sorte e, por nova falha sua, ou mesmo de meios e condições de trabalho, poderá ser um item das estatísticas futuras de incapaz para o trabalho ou até de mais um caso fatal (R2, Fundação..., 1978).

Foi uma questão de sorte que este trabalhador sobreviveu ao acidente sem sequelas? Foi Deus quem ajudou? Percebemos uma trama de sentidos que associa acidente à “sorte”, à “falha” do próprio trabalhador ou aos “meios e condições de trabalho”. A lógica dos números relacionada ao trabalhador que escapou desta vez porque “Deus me ajudou” (SD9) produz, mais uma vez, o equívoco que inscreve o sujeito trabalhador na história como uma possível vítima de outro acidente, tornando-se “um item das estatísticas futuras” (SD10).

## Os silêncios de um ponto de interrogação

Destacamos do R2, as construções interrogativas, conforme temos nas SD11, SD11, SD13 e SD14:

SD11: Tudo bem?

[...]

SD12: Será possível que se possa esquecer que em 1976 uma média diária, de 188 brasileiros morreram ou ficaram incapacitados para o resto da vida?

[...]

SD13: Ou ainda, que no ano passado, em cada um dos seus dias, 12 trabalhadores não regressaram para seus lares e passaram a ser uma mera lembrança demarcada por uma cruz, muito choro e saudades?

[...]

SD14: Sabemos que é impossível acabar com os acidentes de trabalho em um País, mas por que não lutar para se alcançar o último lugar nesse triste e sombrio “Campeonato Mundial” de acidentes do Trabalho? (R2, Fundação..., 1978).

Destacamos o sinal de pontuação que marca uma interrogação nessas SD: “?”. Segundo Orlandi (2022), “a pontuação faz parte da marcação do ritmo entre o dizer e o não-dizer” (Orlandi, 2022, p. 113). A pontuação é “um elemento de organização do texto”, porque é um “fato de discurso” de uma “relação estabelecida entre a instância do real do sentido (e do sujeito) na *ordem* do discurso e a instância imaginária da *organização* seja das palavras, das frases ou do texto em si” (*Ibidem*, grifos da autora). Essa marca, que é “?”, tem um efeito-leitor de interpelação para uma resposta, contudo, devido à ausência de uma, o que encontramos é o silêncio, “que é matéria significativa por excelência” (Orlandi, 2007, p. 29).

Logo no título do texto surge a pergunta “Tudo bem?”(SD11). O sinal do ponto de interrogação aponta para uma possível resposta, um sentido outro, que é onde “[...] se situa o trabalho do silêncio”, segundo Orlandi (2007, p. 22). Há uma abertura que se mostra como uma “[...] fresta para ouvi-lo”, o silêncio (Orlandi, 2007, p. 33). Constatamos vestígios da incompletude da própria língua, cujo funcionamento se baseia na polissemia e se manifesta como um espaço de multiplicidade de sentidos inerentes ao silêncio. A resposta está ausente para a pergunta “Tudo bem?” (SD11), no título, que pode parecer um “nada”, sobre o qual, Orlandi (2007) defende que “[...]o silêncio significa esse 'nada' se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam”(Ibidem).

A primeira paráfrase que podemos extrair da SD11 é na articulação da pergunta no topo da página de R2 com a propaganda de uma empresa privada de seguros, que domina a totalidade do rodapé da reportagem:

Paráfrase 1- Tudo bem com a Golden Cross prevenindo despesas.(?).

O ponto final da paráfrase pode sugerir outra paráfrase com a possibilidade de sinalizar com o ponto de interrogação. Com essa paráfrase, podem ser estabelecidos sentidos de trabalho relacionados à despesa, trabalhador acidentado relacionado à prejuízo financeiro. Por se tratar do título, o efeito-leitor é de atribuir ao texto possíveis respostas. Entretanto, em sua primeira coluna, no terceiro parágrafo, encontramos outra pergunta, conforme SD12: “SD12: Será possível que se possa esquecer que em 1976 uma média diária, de 188 brasileiros morreram ou ficaram incapacitados para o resto da vida?”. Encadeada a esta pergunta temos a SD13: “SD13: Ou ainda, que no ano passado, em cada um dos seus dias, 12 trabalhadores não regressaram para seus lares e passaram a ser uma mera lembrança demarcada por uma cruz, muito choro e saudades?”. Perguntas que, sem respostas, marcam o silêncio e possibilitam o jogo da polissemia e da paráfrase. Por fim, a última pergunta da SD14: “SD14: Sabemos que é impossível acabar com os acidentes de trabalho em um País, mas por que não lutar para se alcançar o último lugar nesse triste e sombrio ‘Campeonato Mundial’ de acidentes do Trabalho?”.

O sinal do ponto de interrogação marca um desafio que é lançado, em mais um efeito-leitor de não-resposta, de silêncios significando e de possibilidades de estabelecer paráfrases. Desde o seu título, essas marcas tornam o texto aberto, “trabalhando a incompletude do sentido e o inacabamento do sujeito” (Orlandi, 2022, p. 118). Reconhecemos uma produção de sentido de ilusão de interlocução, na qual o leitor é convidado a responder as perguntas presentes no texto, todavia, as estatísticas saturam os sentidos, os números produzem o efeito de completude, de que “Deus me ajudou”, de que “Há esperança” e de “Muito otimismo”, subtítulos de R2.

Reconhecemos nessas quatro perguntas, a pontuação em “um duplo trabalho do simbólico”, pois “se, de um lado, ela é marca [...] de outro, ela indica a textualização do discurso, sendo assim um índice de sua materialidade, ligando real e imaginário” (Orlandi, 2022, p. 114). Dessa forma, o real das consequências do acidente de trabalho daqueles “trabalhadores não regressaram para seus lares e passaram a ser uma mera lembrança demarcada por uma cruz, muito choro e saudades” (SD13, R2, Fundação...,

1978), sinalizado por um ponto de interrogação, liga-se ao imaginário como uma pergunta sem respostas. A partir dessas perguntas, podemos extrair mais estas paráfrases, ainda em uma articulação à SD11:

Paráfrase 2 – [Tudo bem] O governo reduziu os números de acidentes de trabalho.(?).

Paráfrase 3 – [Tudo bem] Tem trabalhador que não morreu por acidente de trabalho.(?)

Paráfrase 4 - [Tudo bem] O Brasil não é mais campeão mundial de acidentes de trabalho.(?)

Mobilizando, outra vez, a noção da narratividade que nos permite um “acesso indireto à constituição dos sentidos no sujeito” e também nos permite observar “como a memória se conta, pela análise da formulação” (Orlandi, 2017, p. 309), articulada aos vestígios deixados pela pontuação que se “abre sobre a interpretação remetendo a formulação à constituição, à atualização, à memória, face ao papel estruturante do esquecimento” (Orlandi, 2022, p. 114), é possível observar as marcas produzidas pela ideologia, relativas aos acidentes de trabalho.

A marcação do ponto de interrogação que abre o simbólico de constituição de sentidos para “acidentes de trabalho”, confere um sentido de luta na própria pergunta da SD14: “por que não **lutar** para se alcançar o último [...]” (SD14, grifo nosso), sinalizada também no léxico “batalha”, de acordo com o último parágrafo da coluna intitulada “Há esperança”.

SD15: “O país tem que **lutar** para alcançar o último lugar no que foi considerado como “epidemia do Século”, e o povo tem que conhecer sua missão nessa **batalha** em que está envolvido” (R2, Fundação..., 1978, grifos nossos).

A metáfora da guerra de um governo militar - “lutar e batalha”, aciona o imaginário de um cenário de destruição e mortes.

Encontramos outras marcas ideológicas no uso do léxico “povo”, conforme Indursky (1992), ao explicar que a análise do discurso se interessa “pelas representações feitas pelo homem no uso que este faz do léxico em sua prática discursiva” (Indursky, 1992, p. 13). Em suas análises do discurso presidencial durante a terceira república brasileira (1964-1984), a autora atribuiu cinco referentes discursivos ao termo “povo”, destacando sua “amplitude referencial”, já que “povo como entidade global não existe”

(*Ibidem*, p. 125). Reconhecemos na SD15 “povo tem que conhecer sua missão” evidências do “discurso sobre”, funcionando o seu caráter “de institucionalização dos sentidos” (Orlandi, 2008, p. 44), em um espaço discursivo, no qual verificamos “diferentes vozes (dos discursos de)” (*Ibidem*). É atribuída uma tarefa ao “povo” que é “conhecer sua missão”. O “discurso sobre” apaga sentidos pela “sobreposição de um discurso a outro” (*Ibidem*, p. 19), que neste caso é de obedecer ao comando de “tem que”, sem a clareza de quem mandou ou de quem tem que obedecer. Além disso, observamos a pontuação sendo articulada à “constituição do sujeito por sua relação a um espaço de interpretação”, cuja “forma-sujeito [...] é uma forma histórica”, aqui determinada pelo contexto da ditadura, que verificamos

A incompletude, a relação com a memória (a alteridade, a historicidade), por estes mecanismos, é domesticada na relação do autor com o seu duplo, ou seja, o efeito-leitor que ele produz (Orlandi, 2022, p. 119).

Dessa forma, o efeito-leitor é atravessado pela “política do silêncio” ou pelo “silenciamento” (Orlandi, 2007, p. 29), em que o ponto de interrogação sinaliza o gesto de suspender as obrigações de dizer, silenciando possíveis respostas. Isso ocorre por meio de uma profusão de números e estatísticas, além de expressões como “Deus me ajudou” (SD9), proferida pelo sujeito trabalhador acidentado.

## CONCLUSÃO

Quando nos propusemos a analisar o funcionamento de um discurso social sobre acidentes de trabalho no discurso jornalístico, com o objetivo de identificar as produções ideológicas em notícias de dois períodos ditatoriais no Brasil, selecionamos três recortes para este artigo. O primeiro é uma palestra do Ministro durante a ditadura de Vargas, e o segundo e o terceiro são reportagens do *Correio Braziliense*, do período da ditadura militar. Desses três recortes, destacamos 15 sequências discursivas (SD).

Com a noção de narratividade articulada à alteridade, considerando o preconceito como constitutivo, na análise de R1 *Uma História Verdadeira Contada aos Operários do Brasil*, percebemos que o fato do operário acidentado está delimitado pelo “discurso sobre”, porque há o efeito da “supremacia da vontade” presente na fala do ministro, evidenciando a dissimetria constitutiva, que é a própria luta de classes, nas relações entre

sujeitos (Orlandi, 2017, p. 302). Contudo, é na posição do sujeito que atua como portavoz do governo, ao reproduzir a carta do trabalhador acidentado — o verdadeiro protagonista da “história verdadeira” (SD1) — que identificamos o equívoco que passa a constituir a historicidade dos sentidos de “acidentes de trabalho”.

Na análise do R2 da reportagem do jornal *Correio Braziliense* intitulada *Tudo Bem?*, verificamos que a língua de Estado divide os sentidos e torna o real opaco. O trabalhador acidentado é entrevistado na coluna “Deus me ajudou”, na qual o acidente é conectado à “sorte”, à “falha” do próprio trabalhador ou aos “meios e condições de trabalho” (SD10). Constatamos aí uma produção de sentidos que é de dispersão, onde o próprio trabalhador que escapou desta vez porque “Deus me ajudou” (SD9), pode ser vítima de acidente outra vez e se tornar “um item das estatísticas futuras” (SD10). E mais uma vez, a falha vem inscrever na história o equívoco que marca o fato do acidente como algo fortuito, determinado pela “sorte” ou pela vontade divina.

A “língua de madeira” se mantém em funcionamento no “mito da informação objetiva” (Mariani, 1996) do discurso jornalístico, com a apresentação de estatísticas de acidentes de trabalho e números. com o seu valor científico e de uma racionalidade indiscutível (Guilbert, 2020), conforme trouxemos nas análises do R3.

Por fim, o funcionamento discursivo dos silêncios impostos pelo sinal de pontuação, que é o ponto de interrogação (?), evidencia a tensão entre polissemia e paráfrase, resultando em quatro paráfrases que são articuladas ao título da reportagem: “Tudo bem?” (SD11).

Portanto, essas análises permitiram observar a produção ideológica de sentidos para “acidentes de trabalho”, em períodos históricos distintos, nos quais prevaleceu o discurso jornalístico que reproduzia a “língua de madeira” do Estado. Concluimos que os sentidos para acidentes de trabalho foram constituídos a partir de “discursos sobre”, que organizaram, que disciplinaram a memória do trabalhador acidentado. As falhas presentes nas formulações trazidas neste artigo são as evidências que registram o equívoco na história, constituindo a historicidade dos acidentes de trabalho no Brasil.

## REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, São Carlos: EduFSCar, 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *BNDIGITAL I: Correio Braziliense (DF) - 1970 a 1979*. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&pesq=%22INPS%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=14](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&pesq=%22INPS%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=14) Acesso em: 15 out. 2020.

GADET, Françoise. e PÊCHEUX, Michel. *A Língua inatingível*. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GUILBERT, Thierry. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2020.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de leitura*. Tradução: Suzy Lagazzi e José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p.169-191.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira*. 1992. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1992. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/>. Acesso em: 07 maio 2021.

JAMBEIRO, Othon et al. *Tempo de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2004.

LARANJEIRA, Álvaro Nunes. A imprensa e o gênero jornalismo do mato no regime militar. *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 22, n. 4, out. nov. dez. 2015. p.36-54 DOI: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/index>

MARCONDES FILHO, Alexandre. *Produção Intelectual\AMF pi Marcondes Filho, A. 1942.06.25*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC). Série Produção Intelectual AMF 1942.06.25. 1943.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. *O Comunismo Imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989)*. 1996. 259 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Campinas.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? In: *Linguística: Questões e Controvérsias*. Uberaba, n. 10 (9-26), 1984.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista- Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

ORLANDI, Eni. *Eu, Tu, Ele e o real da história*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 5. ed., 2020.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2022.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet, F. e Hak, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 5. ed., 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. (org.) *Gestos de leitura*. Tradução: Maria das Graças Lopes do Amaral. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p.57-67.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. In: CONEIN, Bernard et al (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora Unicamp, 2016. p. 227-236.

PENA, Paulo et al. Proposta de Política para a Área de Segurança e Saúde no Trabalho, no Ministério do Trabalho e Emprego 2004-2007. In: CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR E SAÚDE AMBIENTAL DE PIRACICABA E REGIÃO, 1, 2003. Piracicaba. *A Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: Cenário, experiências e perspectivas*. Piracicaba: CEREST, 2003. p. 31-44.

SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966 Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or404270/or404270.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or404270/or404270.pdf)

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. 2ª ed. rev., Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Recebido em: 23/08/2023

Aceito em: 10/07/2024

**Mônica de Oliveira Pasini:** graduação em Comunicação Social - habilitação Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1992). Servidora pública federal desde 1995, atuando nas áreas de comunicação social, relação institucional e educação. É educadora do INSS desde 2008, realizando ações tanto para o público interno (educação corporativa), quanto para o público externo, com o Programa de Educação Previdenciária (PEP). Especialista em Informática em Educação pela Universidade Federal de Lavras (2009). Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Especialista em Educação em Direitos Humanos pelo Instituto Federal de São Paulo, campus Piracicaba (2021). Mestra em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2024).